

Autoritarismo, tecnocracia e formação de professores(as) no Espírito Santo (1970-1971)

Authoritarianism, technocracy, and teachers training in Espírito Santo (1970-1971)

Regina Helena Silva Simões¹

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Vitória, ES, 29075-910, Brasil

Miriã Lúcia Luiz²

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Vitória, ES, 29075-910, Brasil

Resumo: Investiga programas de formação docente desenvolvidos pelo Departamento de Recursos Audiovisuais do Espírito Santo (DRA), durante o regime ditatorial (1964-1984). Utiliza como fonte principal o relatório de estágios de treinamento realizados em 1970 e 1971, analisando-o por meio do método indiciário (Ginzburg, 1989, 2001, 2007). Em linhas gerais, observa-se que o produtivismo, impulsionado pela teoria do capital humano, assim como o tecnicismo, voltado para a capacitação e a habilitação profissional de cada indivíduo, orientaram o preparo de professores e professoras para atuarem no 1º e 2º graus, em obediência à Lei 5692/71. Assim, no percurso do “desvio tecnocrático” (Mendes, 1983) adotado pela ditadura, o domínio do manuseio dos recursos audiovisuais apresenta-se ao professorado como sinônimo de produtividade e eficiência do ensino.

Palavras-chave: formação de professores; regime militar; tecnicismo; produtivismo.

Abstract: Investigates teacher training programs developed by the Department of Audiovisual Resources of Espírito Santo (DRA in portuguese) during the dictatorship (1964-1984). It uses as its main source the report of training internships conducted in 1970 and 1971, analyzed through the evidentiary method (Ginzburg, 1989, 2001, 2007). In general terms, it is observed that productivism, driven by the theory of human capital, as well as the technicism, focused on the training and professional qualification of each individual, guided the preparation of teachers to work in the 1st and 2nd levels of schooling (Brazil reference), in compliance with the Law 5692/71. Thus, along the path of the "technocratic deviation" (Mendes, 1983) adopted by the dictatorship, the mastery of audiovisual resources handling is presented to teachers as a synonym for teaching productivity and efficiency.

¹ Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenadora do Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (NUCAPHE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7554-3152>. E-mail: reginahe@terra.com.br.

² Doutora em Educação. Pós-Doutorado realizado na UFMG/FLUP/Portugal. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (NUCAPHE) e coordenadora do Grupo de Pesquisa Memórias, Narrativas e Histórias nas/das escolas. Diálogo na formação de professores. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6825-1541>. E-mail: mirialuiz@gmail.com.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Keywords: teachers training; military regime; technicism; productivism.

1. Introdução

As políticas educacionais instituídas em seguida ao golpe de 1964 – que instaurou no Brasil a ditadura civil-militar, só interrompida em 1985 - tem sido objeto de uma série de estudos e pesquisas (Germano, 2008; Ferreira, Bittar, 2008; Fico, 2014) que destacam o autoritarismo, o tecnicismo e o produtivismo como eixos centrais de análise. Nessa perspectiva, os acordos estabelecidos entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID) deram o tom com relação às políticas adotadas no campo da educação (Arapiraca, 1982). Dentre essas medidas, destacam-se as leis 5540/68 (reforma do ensino superior) e 5692/71 (reforma do 1º e 2º graus)ⁱ, que impactaram diretamente a formação e a prática de professores e professoras.

No que diz respeito à formação dos quadros docentes para as escolas primárias, os efeitos da Lei 5692/71 são igualmente criticados na medida em que, ao instituir o curso Habilitação para o magistério de 1º e 2º graus, escancarou o viés profissionalizante, tecnicista e produtivista que orientou as políticas públicas para educação no período ditatorial (Gonçalves, Pimenta, 1992). De acordo com essas orientações, no currículo estabelecido para a formação docente, o percurso hierarquicamente traçado para futuros professores e professoras compreendia: uma breve passagem pelos “conhecimentos gerais”; b) a junção disciplinar de fundamentos sociológicos, históricos e filosóficos da educação que, pela ótica dos saberes compartimentalizados, pode facilmente traduzir-se no aligeiramento dos conteúdos referentes a cada uma dessas áreas e; c) o endereçamento de conteúdos profissionalizantes à formação docente, visto que a habilitação para o magistério, assim como outras criadas no período (contabilidade, secretariado, etc.), atribuía-se ao 2º grau (leia-se ensino médio) carregava forte expectativa de terminalidade. Por meio dessa estratégia, tornava-se possível abastecer o mercado com a mão de obra tida como necessária ao desenvolvimento econômico do país (reiterando um discurso muito presente entre autoridades governamentais nos anos 1970).

Rompe-se, dessa maneira, um longo percurso de formação para o magistério, protagonizado pelas Escolas Normais desde o século XIX. No Espírito Santo, desde o início de século XX, a Escola



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 126-143, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263794>

Normal – que, em 1925, recebeu o nome de Dom Pedro II para homenagear o centenário de nascimento do segundo imperador brasileiro - atuou como centro irradiador privilegiado de importantes reformas da educação pública capixaba.

Exatamente no ano da promulgação da Lei 5692/1971, a extinção intempestiva da Escola Normal Pedro II abriu espaço para a criação do “moderno” Instituto de Educação (IE)ⁱⁱ, que passou a ocupar as instalações do que fora um clube mantido pela empresa Vale do Rio Doce (Costa, 2014). Também no início dos anos 1970, em decorrência da Lei 5540/68, outro acontecimento espelhava as novas diretrizes estabelecidas para a organização do ensino superior no Brasil: a rápida implantação do Campus da Universidade Federal do Espírito Santo em Goiabeirasⁱⁱⁱ segundo o modelo proposto pelo norte-americano Rudolph Atcon^{iv} (Romanelli, 1986; Chauí, 2001; Perota, 1995). Extinguia-se, desse modo, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FAFI). Essas duas medidas atingiram mortalmente as duas principais instituições voltadas para formação de professores e professoras, ambas localizadas no centro de Vitória, capital do Espírito Santo.

Entende-se que a sincronia observada entre o deslocamento da UFES para um bairro periférico, o fim da Escola Normal e a instalação do Instituto de Educação em um Bairro residencial habitado pela classe média alta capixaba, afastando-os do convívio direto com a “efervescência” do centro da cidade, revela uma das faces de políticas educacionais instituídas durante o regime ditatorial: o “desvio tecnocrático” (Mendes, 1983). Esse desvio, como observa este autor, compreende o

[...] esvaziamento do desenvolvimento (consciência e processo) de sua substância política, **substituindo a ratio política pela ratio técnica**. No plano metodológico, consiste em opor a ideia de eficiência (conceito ambíguo) a de participação. O pretexto é a complexidade das estruturas na qual a **tecnocracia corta fácil** e o **lucro é a neutralidade que afasta a controvérsia** (Mendes, 1983, p.51).

Em outras palavras, aplica-se uma lógica despolitizante, baseada na divisão de grupos e saberes. Isto significa que, logo após a sua criação em 1951, o percurso da FAFI (Cunha, 2000) foi interrompido, dando lugar a um novo modelo de formação docente, baseado no tecnicismo e na compartimentalização de saberes, cujas consequências sofreram duras críticas. Cunha (1991), por exemplo, argumenta que a fragmentação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, seguida pelo isolamento de centros ou departamentos de educação, resultou “[...] na perda da interação atual ou



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 126-143, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263794>

potencial com outras seções (agora faculdades, escolas e institutos) em especial de filosofia, de história, ciências sociais, de psicologia, de comunicação, de letras” (Cunha, 1991, p. 2).

No cenário até aqui apresentado, este estudo focaliza políticas e programas de formação de professores e professoras capixabas durante o regime ditatorial brasileiro. No recorte estabelecido para a pesquisa, interessou-nos rastrear vestígios relacionados a cursos de formação pedagógica que indiciam a presença do produtivismo e do tecnicismo^v em contextos de formação de professores/as capixabas. No processo de análise indiciária de fontes produzidas localmente, mais especificamente dos relatórios de Estágios de Treinamento em Recursos Audiovisuais (ETRA) destinados a professores/as realizados entre 1967 e 1971, buscou-se, por meio do jogo de escalas (Ginzburg, 1989, 2001, 2007; Levi, 2023; Revel, 2004), ao analisar os registros das edições dos estágios de 1970 e 1971, compreender respostas locais para questões gerais que permeiam o diálogo da historiografia com o campo da formação de professores e professoras durante a ditadura.

2. Estágios de Treinamentos em Recursos Audiovisuais (ETRA): formação de professores e professoras no Espírito Santo (1970-1971)

Por meio da leitura indiciária e cruzada (Ginzburg, 1989, 2001, 2007) dos documentos selecionados, interrogamos diretrizes traçadas para a formação de professores e professoras, tomando-se como ponto de partida as edições de 1970 e 1971 do *Relatório do Departamento de Recursos Audiovisuais (DRA) do Espírito Santo dos Estágios de Treinamentos em Recursos Audiovisuais (ETRA)* destinado a professores capixabas, produzido pela chefe deste departamento, Lacy Loyola Barbosa.

A justificativa para a realização do ETRA pautava-se no intuito de ampliar conhecimentos e melhor dirigir o DRA, cuja chefe realizara o curso de Cinematografia Educativa na Escola de Serviço Público, do Ministério da Educação (DASP) no Rio de Janeiro (Estado da Guanabara). Ao retornar ao Espírito Santo, ela organiza esses Estágios sobre Recursos audiovisuais projetáveis, visando ao treinamento de professores/as do ensino primário e pré-primário para o uso de filmes na sala de aula. Dentre os aspectos abordados, destacam-se os cuidados dispensados ao material



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

audiovisual e o despertar do interesse do professor no ensino com o auxílio dos audiovisuais em ambientes escolares.

O período mais próximo da produção e da promulgação da Lei 5692/71 parece-nos ser um fator decisivo para a seleção dos relatórios do início da década de 1970, momento coincidente com o maior afinco da relatora por registros mais detalhados das atividades realizadas pelo DRA junto à Secretaria de Educação. Notamos, por exemplo que, das 104 páginas do relatório, os registros das atividades de 1968 a 1970 ocupam apenas 39 páginas do documento. Além do aspecto quantitativo, chamou-nos a atenção a quantidade de registros e o detalhamento desses cursos. O relatório de 1968 conta com cinco páginas escritas em folhas com uma textura sensivelmente transparente, datilografadas, sem qualquer registro fotográfico. O quadro 1 permite uma visualização dos temas tratados em palestras e aulas práticas de cada edição do ETRA:

QUADRO 1: Palestras e cursos ofertados no ETRA nas edições de 1968 a 1971

Edição do ETRA	Tema da Palestra/aulas	Palestrante/professores
1968	Não houve	Não houve
1969 - Palestras	Recursos audiovisuais na Educação Pré-primária	Nemyr Menezes Pagani
	Recursos audiovisuais e a Psicologia	Iza Chiabai
	Como utilizar recursos audiovisuais: a escola do ano 2000	José Aquino de Oliveira
	Recursos audiovisuais da aprendizagem	Maria do Carmo Vieira
	Recursos audiovisuais e o excepcional	Gizelda Pelissari
	Comunicação: uma necessidade	Marien Calixte (jornalista)
	Cinematografia educativa	Lacy Loyola Barbosa
1970 – Aulas:	Técnicas artísticas	Stella Helena D. Nogueira
	Composição e forma	Wallace Fernando Neves
	Aula prática	Izamar Cordeiro da Silva
	Material didático	Yara C. da Rocha Mattos
1971 – Aulas: Estágios de	Comunicação e recursos audiovisuais	Wallace Fernando Neves



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 126-143, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263794>

Férias – 74 participantes		
	Técnicas artísticas	Stella Helena D. Nogueira
	Material didático	Júlio César Grandi Ribeiro Antônia Celeste Barcellos Noé Sandra Maria Gasperazzo
1971 – Treinamento Permanente na DRA	Aulas coletivas sobre Recursos audiovisuais – PREMEM – 40 professores	Não informado
	Merenda escolar – 30 professores	Não informado
	Instituto de Educação – 80 alunos	Não informado
	Grupo Escolar “Colatina Mascarenhas” – 10 professores	Não informado
	Ginásio “São Vicente de Paulo” – 40 normalistas	Não informado
	Maga editora – 600 professores e normalistas	Não informado
	Aulas individuais sobre projetor fixo para professores PREMEM - 3 aulas	Não informado
	Grupo Escolar “Suzete Cuendê” – 5 aulas	Não informado
	Grupo Escolar “Olimpio Cunha” – 5 aulas	Não informado

Fonte: Elaboração própria (2024).

Os relatórios referentes aos anos de 1968 a 1970 diferenciam-se dos que foram produzidos no início de 1970 pelo foco da atuação das atividades da DRA, pois diferentemente do ocorrido em 1968, que priorizou ações diversas da diretoria, como empréstimo de materiais, visitas às instituições educativas e produção de materiais didáticos, os registros de 1970 e 1971 focalizaram principalmente os estágios de treinamento e cursos para professores. Embora nos registros de 1969 figurem palestras, na década de 1970, os cursos contavam com aulas práticas referentes aos estágios de férias e treinamentos permanentes da DRA, o que indicia uma vinculação direta com a perspectiva da formação técnica. Além disso, essas aulas são registradas de forma abundante, contando-se 23 fotografias desses momentos junto aos professores. Com isso, observamos indícios eloquentes do



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 126-143, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263794>

tecnicismo nesses momentos formativos, que passam, em 1971, a contemplar não apenas professores e profissionais atuantes no ensino primário, mas também aqueles que atuavam no 1º e 2º graus. Assim, nessa edição, registrou-se a participação de 55 orientadoras do ensino primário e 34 professores em geral (regentes de classe do 1º e 2º graus).

O detalhamento da atuação da DRA e das aulas ministradas também se destaca em relação aos registros anteriores, como exemplifica do quadro de horários das aulas (Figura 1):

FIGURA 1: Quadro de horário do ETRA-1971 (19 a 24 de julho)

Horas	2ª feira			3ª feira			4ª feira			5ª feira			6ª feira			sábado
	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A B C
8,00	Abertura			Atual. Didático (Sandra)			Mat. Did.	Técs.	M.Did.	Técs.	M.Did.	M.Did.	M.Did.	M.Did.	Técs.	Avaliação
	Divisão dos			M.Did. M.Did. M.Did.												Encerramento e Excursão Educativa
9,00	Turmas			Julio Celeste Sandra			Celeste Stella Sandra	Stella Celeste Sandra	Celeste Sandra	Stella						
9,30				T	A	N	C	H	E							Excursão Educativa
	Comunicação e Recursos Audiovisuais Wallace			Julio Celeste Sandra			Celeste Stella Sandra	Stella Celeste Sandra	Celeste Sandra	Stella						
				A	L	M	O	C	O							
	A	D	C	A	D	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	
13,30	Comp.	Técs.	Técnica	Técs.	Comp.	Técnicas	Técs.	Técs.	Comp.	Composição Wallace			Composição Wallace			Celeste: Letra mimeografada
										Comp.	Comp.	Comp.	Comp.	Comp.	Comp.	Sandra: Album Ser
14,30	Wallace	Stella	Stella	Stella	Wallace	Stella	Stella	Stella	Wallace	Julio	Sandra	Celeste	Julio	Sandra	Celeste	
15,30				T	A	N	C	H	E							
	Material Audiovisual			Atividades Auxiliares			Atividades Auxiliares			Atividades Auxiliares			Atividades Auxiliares			
16,00	Julio - demonstração			Julio			Julio			Julio			Julio			

Fonte: BARBOSA (1971, p. 4).

Diferentemente das edições da década 1960, o relatório de 1970 registra o envio de circulares “[...] todas as supervisoras e diretoras dos estabelecimentos de nível primário do Espírito Santo, noticiando o ETRA-70”. Para a avaliação das edições de 1970 e 1971, questionários foram aplicados aos participantes, gerando respostas positivas: “Que sejam promovidos novos Estágios no sentido de proporcionar constante atualização de conhecimentos” (Barbosa, 1971, p. 11) e “Útil, oportuna e agradável foi a inclusão da Excursão Educativa, no final do ETRA, proporcionando, assim, o coroamento do mesmo” (Barbosa, 1971, p. 11). Comentários como esses, possibilitaram à relatora publicitar o “êxito” dos cursos realizados.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 126-143, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263794>

Desde o título do documento, o uso da palavra treinamento e o foco na eficiência dos meios de ensino, espelham pressupostos tecnicistas que orientaram a reforma do ensino brasileiro no período que se seguiu ao golpe de 1964. O documento aproxima-se também de outras produções do mesmo período, tais como o relatório do curso ofertado aos diretores escolares pelo Núcleo de Recursos Humanos da Secretaria de Educação, em 1976, intitulado *A qualificação para o trabalho no ensino de 2º grau*. Em linhas gerais, as expressões *treinamento* e *qualificação* expressam princípios do tecnicismo no processo formativo dos docentes e dos demais profissionais da educação, privilegiando saberes e práticas demandados pelo mercado de trabalho, com ênfase na eficiência e na produtividade.

Em que medida a coincidência do Estágio sobre Audiovisuais Projetáveis com as férias escolares explicaria a baixa frequência (67 professores/as em fevereiro/março e 152 em julho de 1969) aos cursos ofertados? Curiosamente, a relatora não só questiona a frequência reduzida, mas argumenta que o número de professores que procuraram a diretoria, durante todo o ano, com a finalidade de aprenderem a manejar aparelhos projetáveis, justificaria a continuidade do programa. Aponta, ainda, o empréstimo de aparelhos em respostas às solicitações recebidas, “[...] tudo fazendo para despertar no professorado do nosso Estado maior interesse pelos recursos audiovisuais, tão necessários ao ensino” (Barbosa, 1969, n.p.).

A insistência da relatora em sublinhar a procura dos professores pelos recursos audiovisuais no relatório de 1969, no entanto, contrasta com os registros da década de 1970, quando afirma que o Departamento intensificara, no Curso Normal, as noções do emprego dos Recursos Audiovisuais, manuseio de aparelhagens de projeção, dentre outros, “[...] a fim de que haja maior incentivo na procura das possibilidades disponíveis na S.E.C. [Secretaria de Educação e Cultura] através desta Diretoria, uma vez notar-se, ainda, o desinteresse do professorado na utilização de tais Recursos” (Barbosa, 1970, sp).

O depoimento apresentado a seguir, de uma professora de história que trabalhou durante o regime militar e participou da edição de 1971 do ETRA, ajuda-nos a problematizar a recepção dos estágios de “treinamento” pelos docentes.

Eu usava também os slides que tinha comprado lá, porque também comprei o projetor de slides. Pensa bem? Nas salas de aula, lá no interior, **não tinha nem tomada, era uma dificuldade para conseguir projetar**, mas **imagina como os**



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

alunos ficavam? Na História isso tem muito valor. **Mostrar a História assim não era interessante?** Então **privilegiávamos o programa**, mas dávamos também **outras atividades, usando muito o Recurso Audiovisual**. Eu gostava muito, na verdade, gostava não, **achava importante** (M.N.G. apud Luiz, 2015, p. 239, grifo nosso).

De cara, quando lida pelo avesso, a compra do projetor e dos slides pela própria docente - que seria proibitiva ao professorado em geral, em razão dos baixos salários recebidos - encarrega-se de contrapor a propaganda modernização do ensino pelo uso eficiente dos meios audiovisuais, às condições concretas do magistério exercido na grande maioria das escolas brasileiras durante o período investigado. Por outro lado, revela-se a sedução da técnica pela técnica para que o ensino se torne “interessante” para os alunos.

A sedução pelos recursos audiovisuais evidencia-se na própria composição dos relatórios de curso analisados, repletos de ilustrações fotográficas. Retratou-se, por exemplo, uma exibição cinematográfica realizada em um grupo escolar em 1969. Pelas crianças um tanto “amontoadas”, pode-se imaginar que o improviso fazia parte do “espetáculo”.

FIGURA 2: Projeção cinematográfica em grupo escolar promovido pelo Departamento de Recursos Audiovisuais



Fonte: BARBOSA (1969).

Na edição de 1970, realizada no Jardim de Infância “Ernestina Pessoa”, o ETRA apresenta-se “[...] mais movimentado, não apenas com palestras, porém com aulas práticas, aulas com sessões



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 126-143, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263794>

cinematográficas, atividades extra-classe a saber: excursões educativas, recreações, etc, para despertar maior interesse” (Barbosa, 1970, n.p.). As aulas ministradas abordaram os seguintes temas: Composição e Forma; Técnicas Artísticas; Aulas Práticas e Material Didático.

Doze fotografias incluídas no relatório final, retratam aulas de Projeção Cinematográfica (Figura 3).

FIGURA 3: Aula de projeção cinematográfica – ETRA – 70 (1970)



Fonte: BARBOSA (1969).

O número de fotografias anexadas ao relatório impressiona. Afinal, tratava-se de um evento voltado para materiais audiovisuais, mas este não deve ser o único fator explicativo para a abundância de ilustrações, considerando-se que o estágio de treinamento aconteceu em 1970, sinalizando uma década na qual a violência do autoritarismo e do controle político-ideológico pelo regime ditatorial, contrastava com a propaganda ufanista pautada por uma determinada concepção de desenvolvimento econômico (chamada de “milagre” por alguns). Delineia-se, dessa forma, o contexto de produção de relatórios elogiosos que anunciavam a “modernidade” educacional, compreendida como adesão ao tecnicismo e ao produtivismo, com ênfase à eficiência e à eficácia dos meios de ensino.

As professoras que frequentaram integralmente o estágio atuavam como diretoras de Grupos Escolares, regentes, supervisoras, docentes, orientadoras, etc. Curiosamente, porém, observa-se a



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 126-143, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263794>

participação, em caráter experiência, de uma jovem de 12 anos como aluna especial, “[...] a fim de que pudéssemos observar o nível, profundidade e possibilidades de atendimento das aulas teóricas e práticas, bem como a capacidade de assimilação dos participantes” (Barbosa, 1970, n.p.).

No ETRA – 71 (Figura 4), que consistiu no 4º estágio, houve uma ampliação do público docente. Como justificativa para essa ampliação, alegou-se a pequena quantidade de orientadoras do Ensino Primário e a grande procura pelas regentes de classe. Assim, o curso totalizou 74 participantes. A abertura realizou-se também no Jardim de Infância “Ernestina Pessoa, com a presença da chefe da Divisão de Serviços Auxiliares da Educação e a chefe do DRA.

FIGURA 4: Aula - Técnicas Artísticas – Profª. Stella Helena Denarde Nogueira – ETRA – 71



Fonte: BARBOSA (1971)

Diante do entusiasmo e do teor propagandista que o relatório assume, entre elogios e agradecimentos, identificamos queixas da relatora em relação à precariedade e a escassez de recursos destinados à DRA. Contudo, o modo como essa questão é registrada merece destaque, quando comparado com o relatório de 1969, no qual a chefe se posiciona de forma mais direta: “Conseguimos, graças ao interesse de V. Exa. em equipar essa repartição, alguns aparelhos, porém, muitos outros ainda nos faltam. Vários foram solicitados, entretanto, a Divisão de Material ainda não nos encaminhou todos [...]” (Barbosa, 1968, n.p.). Em 1970 o registro pareceu-nos mais sutil:



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 126-143, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263794>

O atendimento a professores, alunos e afins, na RDA, implica na mobilização, sempre crescente de Recursos Humanos que devem ser ampliados e de Recursos Técnicos que devem ser utilizados. Dessa forma, **torna-se fictícia qualquer planificação de atividades, sem que as dotações orçamentárias permitam a aquisição de material permanente e de consumo [...]** (Barbosa, 1970, p. 12, grifos nossos).

Contrastando ainda mais com o registro de 1968, a ausência de qualquer menção à precarização ou à escassez de verbas no relatório de 1971, somando-se ao teor elogioso do texto de apresentação parece apontar para os objetivos que o ETRA assume, especialmente, a partir da vigência da Lei 5692/71, de sedimentar um modelo de educação produtivista, tecnicista e alinhado ao esvaziamento da reflexão e da crítica na formação docente, além da perspectiva ufanista característica desse período:

Ao relatarmos as nossas atividades, no decorrer do ano de 1971, afirmamos que tivemos o maior interesse em desempenhar nossa tarefa tendo sempre em mira corresponder à confiança em nós depositada e contribuir, com uma parcela, para o engrandecimento do nosso Estado, fazendo sentir, por toda a parte, particularmente no setor educacional, a operosidade da Secretaria de Educação e Cultura, divulgando as suas mais diversas realizações, elevando as suas mais diversas realizações, elevando o Espírito Santo no conceito da Comunidade Brasileira (Barbosa, 1971, n.p.).

Soma-se ao silenciamento sobre as fragilidades e à possível escassez de recursos, a ênfase dada à divulgação do evento: “A Imprensa **falada** e escrita deu **espontânea** cobertura, divulgando as atividades desenroladas no ETRA-71. Os **periódicos e matutinos da Cidade** noticiaram desde os preparativos ao encerramento” (Barbosa, 1971, n.p, grifos nossos). Além disso, a chefe do DRA, a Coordenadora e uma Professora de Estágio concederam entrevista sobre o trabalho desenvolvido no departamento ao programa Roteiro, transmitido pela TV Vitória, canal 4 (Figura 5).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 126-143, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263794>

FIGURA 5: Entrevista – TV Vitória – Canal 4 – Programa “ROTEIRO” – Esdras Leonor (1971)



Fonte: BARBOSA (1971).

Na comparação entre os relatórios de 1970 e 1971, observa-se a reiteração dos temas abordados, registrando-se, porém, a ausência da projeção cinematográfica como recurso didático em 1971. A ampla divulgação do trabalho realizado pelo DRA continuou por meio de entrevistas concedidas a emissoras de rádio e televisão e periódicos locais. Foi destaque também a Excursão Educativa, realizada no Cais do Porto (Figura 5)

O passeio desenvolveu-se pela Baía de Vitória, observando-se, de perto, o Cais de Minérios do Ataláia, o Penedo, mas adiante as ilhotas próximas ao canal, as sedes das Escolas de Aprendizes de Marinheiros e do 3º Batalhão de Caçadores. Na entrada da Barra, a visão geral da Ponta do Tubarão encerrou a excursão, marcando, assim, o retorno (Barbosa, 1971, n.p.).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 126-143, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263794>

FIGURA 6: Excursão na Baía de Vitória – ETRA – 71 (1971)



Fonte: Barbosa (1971).

Em seu conjunto, a sucessão de relatórios dos estágios de treinamento docente (o primeiro deles publicado em 1969) possibilitou-nos capturar um movimento de afirmação da pedagogia tecnicista aplicada à formação de professores. Considerando-se que, de acordo com a periodização da história das ideias pedagógicas no Brasil, proposta por Saviani (2007) - o período abrangido pelas edições do Etra situa-se no limiar entre a crise da pedagogia nova e a articulação da pedagogia tecnicista (1961 a 1969), e o predomínio da pedagogia tecnicista 1969 a 1980 (Saviani, 2007, p. 14), percebe-se que pelo menos um elemento escolanovista parece caro aos organizadores dos cursos: o despertar do interesse estudantil. Já no momento do predomínio tecnicista, o foco na eficiência e na eficácia dos meios imprime contornos produtivistas ao processo de formação de professores e professores.

3. Considerações Finais



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 126-143, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263794>

No início da década de 1970, em articulação com o “desvio tecnocrático” característico das políticas educacionais adotadas durante o regime militar (Mendes, 1983), observa-se que tanto o produtivismo, impulsionado pela teoria do capital humano (Schultz, 1964) como o tecnicismo, voltado para a capacitação e a habilitação profissional de cada indivíduo – impregnaram os estágios de treinamento de professores e professoras capixabas. Nessa fase duríssima do regime militar (Gaspari, 2009), quando foram produzidas as fontes analisadas neste estudo, a exclusão da política em nome da técnica, da “neutralidade” e do lucro, muitas vezes foram entendidos como vetores da “modernidade”. Nesse contexto, a ênfase exclusiva ao manuseio de recursos audiovisuais produzia o esvaziamento da reflexão e da crítica em contextos de formação docente.

Findo o regime militar, o que teria mudado no campo educacional? Para Saviani (2007, p. 246) não haveria “[...] um núcleo que possa definir positivamente as ideias que passam a circular já nos anos de 1980 e que se tornam hegemônicas na década de 1990”. Consequentemente, ao analisar o pensamento educacional brasileiro a partir da década de 1980, toma como referência quatro movimentos precedentes - Escolanovismo, Construtivismo, Produtivismo e Tecnicismo – acrescentando-lhes o prefixo neo, e apontando o processo de “ressignificação” e “refuncionalização” de cada um deles, em articulação com interesses da ordem mundial capitalista e das exclusões por ela produzidas na área educacional (Saviani, 2007, p. 423-439).

Finalmente, deve-se ressaltar o autoritarismo político e social que, tanto nos momentos ditatoriais como naqueles considerados mais democráticos, tem caracterizado a sociedade brasileira (Chauí, 2000), possibilitando a manutenção de desigualdades, especialmente no campo da educação. Nesse cenário há que se problematizar as políticas de formação de professores e professoras, especialmente em suas permanências.

Referências

ARAPIRACA, J. O. **A USAID e a educação brasileira**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

BARBOSA, L. L. **Relatório do Departamento de Recursos Audiovisuais (DRA) do Espírito Santo dos Estágios de Treinamentos em Recursos Audiovisuais (ETRA)**. Vitória: Diretoria de Recursos Audiovisuais do Espírito Santo (DRA), 1968.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 126-143, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263794>

BARBOSA, L. L. **Relatório do Departamento de Recursos Audiovisuais (DRA) do Espírito Santo dos Estágios de Treinamentos em Recursos Audiovisuais (ETRA)**. Vitória: Diretoria de Recursos Audiovisuais do Espírito Santo (DRA), 1969.

BARBOSA, L. L. **Relatório do Departamento de Recursos Audiovisuais (DRA) do Espírito Santo dos Estágios de Treinamentos em Recursos Audiovisuais (ETRA)**. Vitória: Diretoria de Recursos Audiovisuais do Espírito Santo (DRA), 1970.

BARBOSA, L. L. **Relatório do Departamento de Recursos Audiovisuais (DRA) do Espírito Santo dos Estágios de Treinamentos em Recursos Audiovisuais (ETRA)**. Vitória: Diretoria de Recursos Audiovisuais do Espírito Santo (DRA), 1971.

CHAUI, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

COSTA, R. C. O. P. 2014. **A Constituição do instituto de educação de Vitória/ES e a formação de professores primários no Espírito Santo (1971-2000)**. Dissertação (Mestrado acadêmico) – Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2014.

CUNHA, G. O. Resgate Histórico da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FAFI) e de sua trajetória político-pedagógica na formação de educadores de 1951-1971. UFES, 2000.

CUNHA, L. A. A educação na sociologia: um objeto rejeitado, **Cadernos Cedes**, n. 27, 1992, p. 9-22.

FERREIRA JR, A.; BITTAR, M. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cadernos Cedes**, v. 28, 2008, p. 333-355. FICO, C. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Editora FGV, 2014.

GASPARI, E. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GERMANO, J. W. O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. **Cadernos Cedes**, n. 28, 2008, p. 313-332.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, C. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, C. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GONÇALVES, L. C., PIMENTA, S. G. **Revendo o ensino de 2º grau: propondo a formação de professores**. São Paulo, Cortez, 1990.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 126-143, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263794>

LEVI, G. A História: ciência das perguntas gerais e das respostas locais. In: VENDRAME, Maria Ines (Org.). **Territórios da história: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023. p. 23-40.

LUIZ, M. L. **Dentro e fora da ordem: diretrizes curriculares para o ensino de História em tempos autoritários (1964-1985)**. 2015. 206 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Vitória, 2015.

MENDES, Durmeval Trigueiro. Existe uma filosofia da educação brasileira? In: SAVIANI, Dermeval [et al.]. **Filosofia da educação brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.

PEROTA, M. L. L. R. **Resgate da memória da Universidade Federal do Espírito Santo: a fotografia como fonte de pesquisa**. 170f. 1995. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1995.

REVEL, J. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação** v. 15 n. 45 set./dez. 2010.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. Zahar: Rio de Janeiro, 1964.

Recebido em julho de 2024.

Aprovado em agosto de 2024.

i Saviani (2004), ao analisar se as Leis 5540 e 5692 teriam, de fato, reformado a LDB 4024/61, defende que a inspiração liberalista que caracterizava a Lei 4024 cede lugar a uma tendência tecnicista nas Leis 5540 e 5692. Para o autor,



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 126-143, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263794>

enquanto o liberalismo enfatiza a qualidade ao invés da quantidade, nos fins em detrimento dos métodos, na autonomia em detrimento da adaptação, nas aspirações individuais ao invés das necessidades sociais e na cultura geral em detrimento da formação profissional, com o tecnicismo ocorre o inverso.

ii O Instituto de Educação foi criado pela Lei nº. 2.561, de 1º de fevereiro de 1971, durante o governo de Christiano Dias Lopes,³⁷ com a denominação “Instituto de Educação de Vitória”. Pelo Decreto nº. 311-E, de 9 de março de 1971, passa a chamar-se “Instituto de Educação Fernando Duarte Rabelo” (Costa, 2014, p. 55).

iii A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI), criada em 7/12/1951 e começou a funcionar em agosto de 1953 e foi reconhecida em 1955. No final da década de 1950, quando houve grande número de federalização da Universidade do Espírito Santo, o que vai ser efetivado em 31 de janeiro de 1961 com a Lei 8868/61 que integrou a Universidade do Espírito Santo ao sistema de federal de ensino e passou a se chamar Universidade Federal do Espírito Santo apenas em 1965 por decisão presidencial. A partir da Reforma Universitária 5540/68, as escolas e faculdades que compunham a Ufes foram extintas e transformadas em 08 Centros de Ensino, estrutura que se mantém até a atualidade. Neste ano passaram a existir: o Centro Agropecuário, no município de Alegre; o Centro de Artes; o Centro Biomédico, o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, o Centro de Educação Física e Desporto; o Centro de Estudos Gerais; o Centro Pedagógico e o Centro Tecnológico. Apesar desta nova estrutura, com exceção do Centro Agropecuário, as demais unidades acadêmicas ainda funcionavam em prédios distintos, o que mudou apenas em 1971 quando os Centros de Ensino são instalados nos campi Goiabeiras e Maruípe em Vitória (Perota, 1995).

iv O relatório Atcon (1966), encomendado pelo MEC ao professor norte-americano Rudolph Atcon, concluído em 1966 defendia a necessidade de encarar a educação como um fenômeno quantitativo que precisava ser resolvido com máximo rendimento e mínima inversão, como o caminho adequado para tal fim a implantação de um sistema universitário baseado no modelo administrativo das grandes empresas, com a direção recrutada na comunidade empresarial, atuando sob sistema de administração gerencial desvinculada do corpo técnico-científico e docente (Chauí, 2001).

v Na perspectiva tecnicista, acredita-se que as pessoas são por natureza educáveis (bens com potencialidades produtivas a partir do nível de aprimoramento); a educação tem como função precípua desenvolver as habilidades e conhecimentos objetivando o aumento da produtividade; um maior índice de estudos corresponde a um maior número de ganhos de habilidades cognitivas; e finalmente, quanto maior for o grau de produtividade, maior será a cota de renda que a pessoa perceberá (Arapiraca, 1982, p. 33-34).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 126-143, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263794>